

A CARNALIDADE DO TEMPO(*)

*José de Anchieta Corrêa(**)*

O tema proposto, "Planejando o futuro do passado", nesse Primeiro Congresso Pan-Americano do Patrimônio da Arquitetura, aponta para diversas reflexões e inúmeras tarefas:

- veicular no amanhã um sentido ontem inscrito na pedra, no barro ou na madeira;
- restabelecer o diálogo entre as gerações através da experiência do passado inscrita em nosso patrimônio arquitetônico, num mundo em que as formas do presente e as formas do passado tornam-se cada dia mais incompatíveis;
- reanimar essa língua que nos foi legada e trabalhar para que não emudeçam e se percam esses versos de pedra e barro.

Reflexões e tarefas que, igualmente, se inscrevem sob o registro da conservação, transmissão e reinvenção de nosso patrimônio arquitetônico e urbanístico.

Para desempenhar semelhantes tarefas não há como fugir ao pré-requisito, ao exercício inicial de se refletir sobre a estrutura espaço-tempo. Apesar de figuras gêmeas – espaço-tempo – nem sempre são pensadas conjuntamente uma pela outra. Por ingênua facilidade ou costuma-diplopia teimamos em vê-las separadas; obstinamos em falar e mesmo pensá-las separadamente.

(*) Conferência proferida no Primeiro Congresso Pan-Americano de Arquitetura, Ouro Preto, MG, 24 set. 1992.

(**) Filósofo, Doutor em Filosofia pela Universidade de Louvain (Bélgica), professor da UFMG.

É bem verdade que já na Antiga Grécia, Aristóteles agrupava a teoria do lugar e a teoria do tempo e do vazio. E Freud, em nossos dias, dirá que, resolvida a questão do espaço e do tempo, resolvido estará o enigma do homem. Propôr planejar o futuro do passado é, assim, planejar o movimento de algo que vindo de longe deve se pôr a caminho de horizontes ainda não vistos. Isso pressupõe conjuntamente a idéia de mudança e a idéia de permanência, ou seja, se refere a algo que, mesmo se escoando, pode ser reconhecido através da continuidade de movimentos sucessivos e constantes como que pertencendo a uma mesma linhagem. Tal como uma melodia em que o momento da identidade não cessa de ser levado pelas próprias ondas de sua constituição, fazendo com que esse mesmo fluxo não cesse de desdobrar essa mesma identidade. Assim, no que diz respeito à nossa tarefa, trata-se de buscar e apreender as condições em que essa melodia original, esse sentido inscrito no passado, possa continuar a ser igualmente percebido, ouvido e reconhecido no futuro. Desta forma, a questão – planejar o futuro do passado – aceita a metáfora da melodia, de se saber como se manter viva, como fazer para se continuar a tocar e cantar no amanhã a partitura ontem composta.

Como é, pois, possível realizar e planejar semelhante continuidade? Como refazer, retomar um “agora” perdido?

Segundo EDMUND HUSSER (1964), em seus estudos acerca da percepção do tempo, esta continuidade procede de um ponto-origem, onde começa a produção do objeto que permanece. Ponto-origem que é uma arqui-impressão que, para a consciência de hoje, só pode ser apreendida numa mudança contínua.

Será então que basta rememorar – através das histórias contadas ou escritas, das lendas oralmente transmitidas ou dos textos ciosamente guardados, ou das transcrições ou objetos conservados e expostos em nossos museus e arquivos – para que essa unidade, esse elo seja reconhecido ou mantido?

Planejar o futuro do passado significa apenas nos tornarmos os guardiães de um certo tempo dos homens, de histórias de antigas comunidades? Basta que esta retenção praticada assuma formas de registro,

arquivo de dados, acervo de objetos conservados? A tarefa estará concluída lançando mão de avançada e sofisticada tecnologia que, com máxima precisão, registre e projete dados de tempos perdidos?

Todavia, sob a forma de puro dado conservado, não há como evitar que essas impressões registradas e guardadas terminem por não mais veicular a impressão-origem. A retenção buscada não pode se reduzir a simples repetição de um “agora” passado, através de dados conservados, mesmo porque tal “agora” já não se encontra mais efetivamente presente, caso contrário, não seria passado. (Se tal fosse a tarefa – recuperar um traço ou uma sedimentação arcaica – outros deveriam ser os especialistas convidados e presentes aqui nesse Congresso). Mesmo porque, se a retenção buscada repetisse efetivamente o passado, não haveria consciência do tempo, ou melhor, não haveria passado. Essa retenção seria puramente ilusória, pois fatalmente terminaria por se submeter às vestes e aos ritmos de nosso tempo. Onde, pois, a identidade buscada? Mais ainda, como remetê-lo ao amanhã, como transformar essa retenção em protensão?

Por semelhante caminho, ou seja, através da simples recuperação e conservação de dados do passado, nossa reflexão ficaria sem saída. A questão, se nos parece, exige mais, exige remeter tanto o tempo passado, quanto o tempo presente e o tempo futuro, isto é, a inscrição desses “agora” – passado, presente e futuro – à carnalidade do mundo. Enraizado no espaço, tomado em situação, o tempo se transforma num “campo de presença”. “Campo de presença” que não é outro senão o campo da relação propriamente humana, onde o “outro” e “eu” nos fazemos presentes, somos e constituímos uma história viva, concreta. O tempo assim concebido deixa de se apresentar como um simples dado da consciência, uma representação da subjetividade, oferecendo-se “*menos como uma dimensão de nosso saber que como uma dimensão de nosso ser*”, como tão bem exprime MERLEAU-PONTY (1945). Assim compreendido, todo “agora” é localizado. Dizer, pois, “agora faz frio aqui”. O enraizamento do tempo no espaço e vice-versa é o primeiro dado desse “campo de presença” que chamamos carnalidade do mundo. Por igual razão, “*eu não represento meu dia, ele pesa sobre mim, com todo o seu peso, ele ainda está aí... eu tenho à mão. (De modo que) estou antes em minha tarefa do que diante dela. Assim, a sucessão dos agora, o fenômeno do escoamento do tempo nasce de*

minha relação com as coisas e com o outro" (MERLEAU-PONTY, op.cit.:476), nos remete à história da terra dos homens.

Da mesma forma, no que diz respeito ao espaço, ele não me é oferecido primeiramente como um dado inteligível, um objeto diante de mim. A multiplicidade dos pontos, dos "aqui", só se constitui através de um encadeamento de experiências, pela ancoragem de meu corpo ativo no mundo, ou pela situação de meu corpo face a outro corpo, como uma tarefa de um "eu posso" e não como resultado de um "eu penso". Significa, pois, que o espaço emocional, o espaço afetivo é anterior a toda e qualquer tematização ou representação. Mas seria pouco concluir que não vivo meu corpo como um fragmento do espaço, mais radical ainda é perceber e afirmar que *"não haveria para mim espaço se eu não tivesse um corpo"*. Meu corpo assim tomado como espaço emocional, espaço, pois, radical e fundante, me permite compreender que sou situado face ao Outro numa relação de expressão que anuncia e denuncia que toda emoção é uma maneira de espanto, uma interrogação dirigida ao Outro, o início de um diálogo, o começo de uma história. Todo problema reside, então, nessa interrogação, nessa articulação, ou melhor, nessa conjunção. VAN GOGH (apud KAUFMANN, 1977:311) dizia: *"Eu mesmo não sei como eu pinto, venho, me assento com minha tela diante de um lugar que me atinge, que de algum modo me fere..."* e o resultado torna-se expressão de sua emoção dada ao Outro em busca de sua identidade. Espaço-história, espaço-do-homem, espaço-dos-homens, dimensão radical da indissociável estrutura espaço-tempo. Continuemos ainda escutando a confissão desse mestre que é Van Gogh, que mais que muitos de nós detém e vive a ciência e a sabedoria do tempo do homem impregnadas no espaço: *"Eu desejo chegar ao ponto que se possa dizer de minha obra: este homem sente profundamente, este homem sente delicadamente, malgrado sua pretensa grossura (...) ou precisamente por causa dela (...)"*. (apud KAUFMANN, op. cit.:314).

Inserida, pois, na carnalidade que constitui esse "campo de presença", a estrutura espaço-tempo se vê correlata da estrutura eu-outro, de tal forma que ambas se tornam solidárias. É a partir dessa solidariedade que as diferentes acepções do termo "sentido" se impõem para nós: "sentido" como orientação no espaço, "sentido" como significação de uma tarefa ou obra, sentido como "lugar" como lugar do corpo por

onde as sensações se exprimem. É essa mesma solidariedade que faz o poeta PAUL CLAUDEL (??? ano e página??) dizer que *"o tempo é sentido da vida – sentido como se diz do sentido de um rio, sentido de uma frase, sentido, (como sensação) de um tecido, ou sentido (como sensação) de um odor"*. Ou oferece ainda a HEIDEGGER, filósofo do "Ser e Tempo", o oportunidade de afirmar que o *"sentido do Dasein, do ser-aí, (seu modo de falar do homem) é temporalidade."*

Não fosse nossa costumeira tendência em proferir as análises às sínteses, os dados isolados e estáticos às estruturas dinâmicas que nos contêm e nos definem; não fosse a herança positivista que carregamos e nos faz tratar tempo e espaço como coisas e artefatos; ainda mais, não fosse a resistência comum aos homens em conhecer aquilo que nos é familiar, ou melhor, a tendência humanamente partilhada de tornar estranho o que nos é familiar, estaríamos dispensados de trilhar semelhantes caminhos na busca de exprimir a relação espaço-tempo em sua carnalidade e em sua solidariedade com a relação ego-alter-ego. Não basta, todavia, para desempenhar a tarefa que nos foi confiada, levar a reflexão a freqüentar e exprimir a carnalidade da conjunção espaço-tempo espaço-tempo e sua solidariedade constitutiva com a estrutura ego-alter-ego. É preciso mais. É preciso trazer esse tema e este fato para a Praça, ou melhor, para a Cidade dos Homens, fazendo do tema e do fato um capítulo da Política do Espaço. Os antigos gregos, em sua simplicidade, clareza e rigor, sabiam que não há lugar sem corpos. Não há lugar fora dessa tensão que define os homens como atenienses, ou ropretanos ou itapecericanos. Por semelhante razão, LEWIS MUNFORD (1982), ao descrever a trajetória das cidades no tempo, o faz demonstrando que a cidade só ganha sua verdadeira dimensão quando se vê ou se lê o espaço urbano não apenas como retrato de um tempo, mas como produção de um povo no tempo. É nesse sentido que se pode falar de pátria, lugar onde se enraiza meu ser de cidadão. E, por consequência, falar de um lugar nomeado "patrimônio da humanidade", lugar que os homens de todo o mundo reconhecem como seu espaço-tempo.

Desta forma, planejar o futuro do passado não significa apenas conservar uma memória de um tempo que passou através da manutenção de monumentos, casas tomabadas, acervos de arte que, assim reduzidos, se comportariam como figuras de um velho álbum de família que às

vezes, contemplamos saudosos ou oferecemos como entretenimento, um passatempo oferecido a uma visita mais demorada.

Planejar o futuro do passado nos remete a essa tensão, a este laço, esta pregnância que sob diversas formas reuniram os homens em um espaço-tempo. Significa manter vivo o arco do espaço-tempo, numa palavra, prosseguir a história ontem começada. Guardando retida a fase passada, eu vivo o presente e me oriento para a fase que virá. Não se trata apenas de conservação, mesmo porque é da natureza de toda "agora" ser sempre diferido, prenhe de outro "agora". Trata-se de participar da aventura do homem, inscrever-se na linguagem viva dos tempos. E, de fato, é esta tensão, este dinamismo que conta. Assim, pois, se esta aventura não encontrar eco em mim, não se enraizar no solo de minha existência, não reconhecerei o patrimônio que me foi legado; então, ele não se converterá para mim na carnalidade do tempo que inevitavelmente me contém. Meu olhar o tocará sem envolvê-lo, ou melhor, o destruirá fazendo dele figura plana, imaginário que se dissolve ao menor movimento.

Escutemos a voz do Poeta, a voz de CECÍLIA MEIRELES (1983:401-548) no "Romanceiro da Inconfidência" falando de Ouro Preto, de sua história e de seus monumentos:

*"Vão-se as datas e as letras eruditas
na pedra e na alma, sob etéreos ventos
em lúcidas venturas e desditas.*

*E são todas as coisas uns monumentos
de perdulária fantasmagoria,
(- jogo de fugas e aparecimentos).*

*Das grotas de ouro à extrema escadaria,
por asas de memória e de saudades,
com o pó do chão meu sonho confundia".*

Mais triste ainda será o futuro do passado para os homens que, perdendo suas raízes, não se inserirem na história de seus antepassados. Incapazes de celebrar ou festejar fatos e sonhos que, assim, lhe são estra-

nhos, só lhes restará assistir seu ignorado patrimônio tornar-se mercadoria, presa de um universo, mais imaginário que real, forjado pelos interesses e poderes de certa mídia a serviço de comércio dito do turismo. Ao futuro do passado, na melhor das hipóteses, além de tornar-se “mercadoria cultural”, fica apenas a possibilidade de ser confinado como peça de museu, lembrança que não se deve tocar, condenado e regras definidas e excluído, pois, das transformações e vicissitudes do mundo da vida. Assim reduzido, não findaria esse patrimônio por apenas secretar a morte, ou a cobiça, ou a inveja, ou, quem sabe, o desprezo, na repetição de antigos gestos? Mais ainda, não se estaria assim excluindo muitos de sua fruição e gozo, tal como registrara o Poeta (MEIRELES, op.cit)? Numá palavra, desta forma “conservado”, esse patrimônio não se tornaria a própria negação da história que foi sua razão e glória? Ou, o mais terrível ainda, não se estaria assim a repetir a injustiça e a espoliação um dia já sofridas por esse povo?

*“Do Caeté a Vila Rica
tudo ouro e cobre!
O que é nosso vão levando ...
E o povo aqui sempre pobre.”*

Claro, tudo tem outro lado. Todo verso, seu reverso. Não se trata de condenar a indústria do turismo e muito menos o próprio turismo, sobretudo na medida em que esta forma de comércio e lazer é parte da cultura de nosso tempo. Mas, como deixar de prever que, reduzido a esta forma, o futuro de uma “passado de ouro”, da Vila Rica de outrora, será inevitável e ironicamente pobre?

Na verdade, de que mesmo se está falando quando se diz retomar a arqui-impressão, o ponto – origem do passado para o qual se planeja um futuro? Que tarefas esta inserção do passado na existência do hoje e do amanhã está a exigir?

Primeiramente, significa mais que reter um passado rememorando-o através da representação ou conservação de um objeto; significa, sobretudo, vir habitar com nosso corpo-vivo esta inscrição antiga, reanimando estes gestos dos antepassados feitos pedra, madeira ou, apenas, presentes em traços já desbotados. Significa acordar em nós a mesma

dinâmica que lhes deu origem, não como um puro ato de espírito, consciência de um tempo. Não a modo de exercício acadêmico, lição que se decora, nem mesmo como inscrição que, com rigor e técnica, e estrangeiro decifra. Mas acordando esta melodia, esta dinâmica, este estilo em que uma sensibilidade passada está comprometida, dando-lhes novamente vida, ou seja, fazendo-os ecoar na cotidianidade dos gestos, na banalidade dos dias, dessa Ouro Preto de hoje, patrimônio da humanidade, a subir e descer ladeiras, a deparar-se com a “alta muralha das serras”, tendo o Itacolomi por vigia. Significa, em suma, retomar esse “agora” passado – mas não perdido ou anulado – sempre diferido, parte do tecido do tempo, testemunho vivo do meu pertencimento a um povo, a uma mesma história. Movimento e gesto que nos tornam parte da aventura de todo homem, co-autor da história dos homens de ontem, de hoje e de sempre.

Tal tarefa só será possível se, ao invés de apenas registrarmos ou conservarmos os sinais do passado, nos inserirmos na ordem simbólica, no laço simbólico do espírito que interminavelmente suporta toda troca viva entre presença e ausência. Paris de 1789, São Petesburgo de 1917, Ouro Preto de 1789 são lugares simbólicos que propiciaram um fermento revolucionário. Nesta perspectiva, planejar o futuro dos passado desses lugares não significa repetir a cena, refazer o teatro de ontem, requer antes restituir, a modo de hoje, na cdência e no compasso do dia-a-dia de nosso tempo, a carnalidade e a dinâmica do espaço aí inscritas. Nestes lugares, hoje, tal carnalidade e tal dinâmica se revestem da luta pelo direito à cidade, a luta pelo pertencimento à cidade, que vai desde a marcha dos pés, do esforço dos músculos a transpor ladeira até o arfar dos pulmões, às articulações da boca, da língua e da garganta a prepararem o grito contra a cidadania negada, ou ainda não conquistada. Assim, o olhar que abarca o horizonte, nessa Ouro Preto das Gerais, e inevitavelmente se detém na alta muralha das serras, convida todo corpo a tensionar, apropriar e recriar as inscrições do passado gravadas nas pedras, nos monumentos, no ondular do casario, no traçado libertário de suas ruas. A luta pela liberdade não é um fato do passado, isolado, confinado em determinado tempo, mas concerne a todos os homens de todos os tempos. A liberdade não é apenas uma idéia inscrita em uma bandeira, declamada em latim na calada da noite, quando entere quatro paredes “acontece a Inconfidência”. O grito pela liberda-

de está presente, ressoa e é, ainda hoje, sentido nos batimentos cardíacos, no sopro, no suor, no gesto de alegria ou dor do cidadão de todas as cidades. De tal forma que, se um dia a liberdade não mais definisse o modo de ser do homem, as formas arquitetônicas de Ouro Preto, Barcelona ou Salvador não mais seriam compreensíveis. Nada diriam ao homem, pois, face ao universo que o rodeia, face aos materiais à sua disposição – barro, pedra, água, ferro – não se teria por que inventar ou preferir este ou aquele modo de se proteger do sol ou da chuva, esta ou aquela forma de abrir-se para a luz, ou fazer sombra, esta ou aquela repartição do fora e do dentro, do privado ou do social. Sem liberdade, toda melodia humana emudeceria. Toda forma arquitetônica e urbana perderia sua luz e significação.

Planejar o futuro do passado é fundamentalmente preparar o homem – garantindo a força de seu braço para o trabalho, desenvolvendo sua mente para a educação e cultura, preparando seu coração e todos os seus sentidos para a estesia da vida, para a poética do espaço. Só assim, capaz, consciente, sensível e crítico, o cidadão poderá retomar a língua de seus antepassados feita no barro, na pedra, no ferro e na madeira e cantar um canto novo. Numa palavra, construir o amanhã que na sua diferença celebra e revive o passado. Só assim, não será obrigado a repetir a triste conclusão inscrita na “Cancioneiro da Inconfidência” (MEIRELES, 1982):

*“E aqui ficamos
todos contritos
a ouvir na névoa
o desconforme
o submerso curso
dessa torrente
do purgatório.”*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLAUDEL, Paul. *L'art poétique*.

HUSSERL, Edmund. *Leçons pour une phénoméologie de la conscience intime du temps*. Paris, PUF, 1964.

MEIRELES, Cecília. *Obra poética*. Rio de Janeiro, Niva Aguiar, 1983. p.401-548.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phénoménologie de la perception*. Paris, NRF, 1945.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo, Martins Fontes, 1982.

VAN GOGH, apud KAUFMANN, Pierre. *L'expérience émotionnelle de l'espace*. Paris, Vrin, 1977. p. 311-314.